

OS ETHÉ DE JÁDER BARBALHO E DE RÔMULO MAIORANA NA ARENA COMUNICATIVA IMPRESSA – O PODER POLÍTICO DA PALAVRA

THE ETHÉ OF JÁDER BARBALHO AND RÔMULO MAIORANA IN COMMUNICATIVE PRINTED ARENA – THE POLITICAL POWER OF THE WORD

Wandré Guilherme de Campos Lisbôa ¹

RESUMO

Na Pós-Modernidade, é necessário que as pessoas saibam que a linguagem é ação e que seus processos acionativos dão-se na medida em que os participantes têm consciência do que se pode fazer por meio dela, conforme suas intenções, seus propósitos sociodiscursivos. Na vociferação discursiva sob e com a qual todos nós vivemos, o princípio básico da polidez nas arenas de interação humana constitui uma regra de ouro também no campo da Ciência Política, como em todos os campos de interação humana. Na Política, quer nas condições de interação face a face (debate entre políticos, entrevista dialogada) ou ainda em condições de gêneros discursivos escritos, como na interlocução das cartas aqui analisadas, a polidez de todos os lados deve ser a tônica, mesmo que para isso os partícipes tenham que operar mecanismos linguísticos e não linguísticos a serviço dessa polidez; afinal, a própria produção da imagem política dos políticos envolvidos nessa cena pesou na argumentação aceita ou não pelo povo, numa das arenas sociossemióticas mais intranquilas da produção de sentido a qual se tornou tal evento aqui analisado à luz da Ciência Política, com alguns aportes da Análise do Discurso Crítica e da Sociossemiótica.

Palavras-chave

Comunicação Política. Sociossemiótica das ações e das palavras. Éthos. Ethé. Contemporaneidade.

¹Ministério da Defesa/I Comando da Aeronáutica/ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT/PT.

ABSTRACT

In postmodernism, it is necessary to let people know that the language is action and that its processes are actionable to the extent that participants are aware of what can be done through it, as your intentions, your social and discursive purposes. In discursive vociferation under and with which we all live, the basic principle of politeness in the arenas of human interaction is a golden rule also in the field of political science, as in all fields of human interaction. In politics, or in face-to-face interaction conditions (debate between politicians, means interview) or discursive genres written conditions, as in the dialogue of letters here examined, the politeness of all sides should be the keynote, even though the participants have to operate language mechanisms and language not in the service of this politeness; After all, the own production of the image policy of politicians involved in this scene weighed in argument accepts or not by the people, in one of the most insecure social semiotic production arenas of meaning which became such an event here analyzed in the light of political science, with some contributions of Critical discourse analysis and social semiotic.

Keywords

Political Communication. Social and semiotic of actions and words. Éthos. Ethé. Contemporaneity.

INTRODUÇÃO

As ações e as relações humanas no âmbito coletivo são as principais responsáveis pela formatação do corpo social ou político da cidadania de todos os que formam uma sociedade como o é a nossa. Como todos nós nascemos no seio de uma coletividade, independentemente de ela ter ou não sistemas representativos do dizer na modalidade escrita, desenhada, icônica, simbólica, todos, absolutamente todos, organizamo-nos em instituições que por sua vez serão representadas em discursos por conta de nossos próprios discursos; representações que vão das condições de desígnio do que é a cidade, o Estado, a administração pública e os cidadãos às próprias condições sociais e políticas em que vivem os interagentes desses discursos. Afinal, é por meio do uso das línguas que as sociedade enviesam-se, discursivizando-se.

Como é sabido e amplamente defendido pelos estudiosos da linguagem, os linguistas, não há discursos ditos no tempo e no espaço que não tenham a ver com outros discursos anteriormente ditos em determinado tempo e em determinado espaço (interdiscursividade); bem como não há discursos que não estejam respondendo a outros discursos também ulteriormente ditos em diferentes tempos e em diferentes espaços, materializados em textos (intertextualidade); afinal, os discursos são sempre responsivos e sua responsabilidade é-lhe intrínseca.

Nossas cidadanias, assim como direitos e deveres, são construídas discursivamente; e é textualmente que nossas vidas se tecem, se entretecem; mas também se entristecem. Em outras palavras, nossas cidadanias dependem unicamente do Outro, de um Outro que nem sempre coopera na construção política das sociedades que aí estão. Se para tudo há um sistema de equilíbrio, na Política isso não é diferente, chegando inclusive a constituir-se essencialmente política toda atividade humana que estiver baseada na ética, a justa medida do equilíbrio. O problema é que nem sempre é polido dizer na argumentação textual aquilo que é justo que todos saibam, pois o senso de justiça é também relativo, o que implica que o efeito pode ser o oposto do que foi pensado, planejado.

Do conceito grego (esfera de realização do bem comum) ao conceito moderno (esfera de realização do poder) de Política, o ato de

dizer seja de quem for é um ato discursivo que busca sempre, por meio da linguagem, o bem comum de alguém ou de alguns poucos. De qualquer forma, é no poder discursivo que fica mais evidente, até por conta do imediatismo da fala e do secundarismo da escrita, que os suportes de comunicação de massa operam ideologicamente quando se preocupam em construir ou desconstruir a imagem de alguém. Se na interação falada outros recursos entram no jogo ininterrupto da produção de sentido, na escrita, não; porém, a possibilidade de recuperar o já-dito pode por muito tempo, por efeito da memória coletiva, persistir no éthos de um político, dos políticos de direito e em nós, políticos por razão.

Por conta desse poder político que exercemos todos nós desde há muito tempo, a ação política da mídia está voltada ora aos interesses particulares, ora aos interesses públicos e ora aos dois. De ideologia a ideologia, da mais velada a menos velada forma de domínio, a mídia constrói, destrói, reconstrói a imagem de alguém que lhe interessa, que vai lhe dar lucro; afinal, ela é mais do que uma instituição politizadora; é também uma instituição com fins lucrativos, comprovando que informação vale ouro, vale a vida do Outro, vale o que é dito, quando é dito, onde é dito e por que suporte comunicativo é dito.

Esses são os novos vieses da informação de que se vale a mídia escrita. Uma informação que não é nem matéria nem energia; mas, sim, um tipo específico de forma que adquire significado na própria dinâmica de todos os sistemas humanos, como o são o econômico, o social, o político, o jurídico, além do discursivo.

Neste artigo, vamos analisar duas cartas publicadas em Belém: uma pelo *Amazônia Jornal*, no caso, a carta-dossiê de Rômulo Maiorana Júnior; e a outra carta de Jäder Barbalho, publicada no *Diário do Pará*, inversamente nesta ordem temporal. O enfoque será feito sobre o discurso de ambos, analisando-os à luz do conceito de Perdão, de Hannah Arendt; do de Modernidade Reflexiva, de Beck; do de natureza política do discurso, de Fairclough e Fiorin (linguistas); além do de compulsividade, de Giddens.

DESENVOLVIMENTO

A língua não serve, como pensavam os

primeiro linguistas, como instrumento de comunicação somente. Na atualidade, em um dos recentes campos identitários e autônomos da Linguística, o da Linguística Aplicada, crê-se que a língua é o maior de todos os sistemas de persuasão, esteja ela sob que propósito de uso estiver, em que esfera de circulação estiverem os epifenômenos das línguas a que se dá o nome de textos. E, ao que parece, os linguistas aplicados têm razão.

As cartas que Jader Barbalho e Rômulo Maiorana Junior publicaram a respeito um do outro comprovam a máxima linguística de que os constructos linguísticos máximos, isto é, os textos que produzimos e que recebemos, podem até virem revestidos de instrumentalidade comunicativa; podem até serem maquiados dessa intencionalidade; mas, na verdade, os textos são bem mais do que constructos de comunicação; são-no artefatos de persuasão a serviço dos mais diversos jogos de produção de sentido de que se imbuem os falantes quando em produção oral e/ou escrita; são-no produtos de venda e de compra de um mercado que está a todo tempo aberto para novas ou renovadas investidas linguísticas a serviço da produção da imagem de alguém: o mercado político, cuja aderência do Outro (no caso, o eleitor) seja a mais imediata possível.

A sociedade paraense teve uma comprovação disso na justa medida em que Jáder, ao dissimular sob o formato de carta, relatou o que sabia sobre a vida da família Maiorana, presentificando um passado que há muito estava na memória da sociedade, desarquivando fatos/ eventos para construir e desconstruir estratégica e discursivamente a produção da imagem dos Maiorana, usando para isso a própria língua escrita, nas folhas de jornais – o maior dos suportes de gêneros textuais que uma sociedade como a nossa tem a seu favor e que permite esse tipo de gênero, porque o jornal opera sob a condição da livre expressão do pensamento, permitindo, num misto de comunicação e de denúncia, e de revelação e de calúnia, tudo aquilo que todos nós lemos ou ficamos sabendo por conta da divulgação.

Consoante à filósofa Hanna Arendt, o perdão deveria envolver apenas os envolvidos na cena primeira de interlocução. Para ela, o perdão não deve ser confundido com anistia, ato que pressupõe um terceiro na cena sob a intenção de mediar o acordo que deveria haver entre os

participantes. Como um conflito que se instalou mediante a publicação das cartas citadas, ambas as faces foram postas em evidência, trazendo à memória coletiva as verdades de ambos os lados, perpetuando o dizer e o dito por meio da língua na modalidade verbal escrita.

Muito bem planejados, os dois discursos foram expressos em condições de circulação por meio de jornais, como já foi dito, o que caracteriza o direito a cada um de se expressar e de responder (replicar e treplicar). Ainda que sejam considerados crimes, incutidos na lei que deflagra a questão da exposição do Outro, da maledicência, do escárnio, o Direito foi, como prevê Arendt, separado da Política, não subvertendo esta àquele. Eles se deram anistia ao publicarem o que cada um tinha de pior, num misto de culpa e perdão. Um rouba, mas faz. O outro, o pai contrabandeou, mas foi por motivo nobre – sustentar a família.

Em Belém, como no Brasil todo, o povo pareceu não estar equipado para lidar com as culpas que foram trazidas à luz pelas cartas publicadas nos dois suportes de comunicação de massa de que cada um dos envolvidos é o senhor todo-poderoso. Entre comunicar e persuadir para crer diante do que foi comunicado, ambos usaram, no nível humano e político, a culpa de si e de cada um, pois são culpas que estão para além do crime, cuja inocência está para além da bondade e da virtude. Estão para o povo julgar.

Na tentativa desnuda de moldar uma realidade de base ideológica e imposta a todos que leram esses textos no papel impresso ou na tela do computador, a privacidade e a autonomia dos participantes foram invadidas, primeiro por um deles, no caso Jáder; depois pelo outro, no caso Rômulo, movimentando em ambas as publicações exageros de exposição da vida de cada e de seus. Ainda que ambos tenham base na baratismo, a luta pelo poder de comunicação que se confundia, e ainda hoje confunde, com a ideia de que eles tudo podem, irrompeu a polidez por conta do interesse das partes envolvidas. O que os dois queriam (e o fizeram) era escancarar um a vida do outro.

Essa atitude dos dois comprovou o fato de que houve fragmentação do Direito de si e dos cidadãos de, ao mesmo tempo em que mereciam saber, mereciam também ter sabido há mais tempo; e mereciam ainda ter sabido sob outro nível de linguagem. As expressões de baixo calão, a ironia, a metáfora e o maldizer foram

os expedientes linguísticos mais recorrentes ao longo das duas cartas, dos dois textos. Nesse sistema de interação e publicização, os valores da sociedade foram reabstraídos de todo o conjunto de ações dos dizeres dos dois.

Além disso, em ambas as cartas, o arquivo memorialístico veio à tona como arquivo de justiça que libera ao mesmo tempo em que perpetua esses dois agentes políticos das consequências prejudiciais de seus erros e de seus acertos (na visão deles). Ofendidos e culpados, os dois foram o vilão e o mocinho, autor e personagem, um na mão do outro. Revelando sempre a face negativa do outro, seus discursos são imbuídos de não-perdão, de violência.

No folheamento que caracteriza a sociedade em que todos nós vivemos e tudo o que nela há, há também muitos textos que foram ditos e outros que não; há muitos discursos que foram conhecidos e outros não. As cartas revelam textos e discursos desconhecidos para aqueles que porventura ainda desconhecessem. Se isso tem algum sentido, sempre o tem; afinal, como não deixa de ser um evento discursivo, não pode deixar também de ter algum propósito. E o tem: ambos veem nos atos que produziram ganho para si e perda para o outro, à semelhança de um sistema empresarial, baseado na Teoria de Jogos. Jogos de interesses, jogos de saberes. Mas também jogos de imagens. Esse comportamento político de ambos só revelou que os interesses de cada continuam inconfessáveis enquanto tingem um o outro a miséria de si mesmos. Denegrir foi a estratégia político-discursiva para dissolver a imagem de cada um e das instituições a que pertencem, movimentando socialmente um silêncio à espera do porvir como réplica ou tréplica para realimentar as imagens que se tinha de cada um deles antes mesmo deste evento.

A carta de um e o editorial do outro transferiram ao povo paraense a responsabilidade e o poder de julgar, de tomar a decisão de quem é que, afinal, está falando a verdade. Enojada a sociedade paraense teve um pouco de contato (só ficou sabendo o que deveriam ficar sabendo) da complexidade e da interconexão que há, que sempre houve, entre essas duas famílias. Os fatos que foram elencados pelos dois a respeito de um e outro carecem de rigor, na medida em que por se tratarem de eventos do dizer às vezes por dizer, podem não ter veracidade, ainda que pareçam verossimilhantes.

Fatos como esses refletem uma época de finalização como diz Giddens. No memento em que eu posso exteriorizar a vida particular do outro e o outro a minha, instala-se no seio social uma nova construção de produção de poder enquanto se dissolve a ideia de respeito, de limite, de humanidade, reificando inclusive a vida alheia, a imagem do outro. O povo foi incluído nessa engrenagem para constituir-se o avaliador, já que agora sabia e poderia julgar. O problema é que a veracidade do conteúdo do que foi dito nem sempre podia ser confirmada, mas diante da oportunidade de publicar para desvalidar o outro não podia ser desprezada, ainda que isso relativamente significasse perigo, já que poderia haver, como houve, réplica.

Além de tudo o que já foi dito, a influência emocional de trazer o passado para o presente constitui uma questão tipicamente humana. Nessa incapacidade de fugir ao passado revela-se um tipo específico de compulsividade que ambos têm. Freud então tem razão, porque diz que o universo social da crença afeta diretamente a auto-identidade, transformando essa compulsividade com o passado, que ambos demonstram em seus textos publicados, em um tiroteio de verdades e inverdades, distorcendo o estado previdenciário de bem-estar necessário à vida humana e ao convívio humano. A liberdade de expressão, ou melhor, a libertinagem de expressão de ambos invadiu e irrompeu responsabilidades e hierarquias formais, aproximando o passado do presente e reconfigurando a modernidade, agora reflexiva (Beck).

A democracia da informação ou da desinformação que os media acreditam ser deles sofre diversos males, incluindo a volubilidade e a demagogia. O mundo é uma rede ininterrupta de significados que ora emergem, ora imergem. Saber pescar esses significados é o que toda agência de conhecimento deve fazer com seus alunos, seja lá em que estágio estiverem. Ligar os saberes anteriores aos atuais é fundamental nessa sociedade liquefeita de ética e de valores subliminares. Se se pensou ser democrático para que o povo paraense tivesse acesso às falcatruas e barbáries acometidas por esses sujeitos políticos, destiladas por eles próprios em suas investidas no mercado linguístico dos jornais de que são seus senhores, dever-se-ia ter pensado também que seria democrático, mesmo que contestável, limitarem-se ao que é

fato e ao que é impressão pessoal.

A linguagem assume nesse métier um papel fulcral. Tal como em vários momentos da História da Humanidade, como no Renascimento, em Port-Royal, no desenvolvimento das literaturas nacionais e mundiais, a difusão da informação por meios impressos e/ou eletrônicos e cibernéticos caracterizam esse Giro Político que demarca simultaneamente a dinâmica da própria linguagem a serviço dos interesses dos usuários.

As falas e os discursos que as subjazem reiteram inquietações, explicações, ilusões e alucinações de pessoas que estão sempre alerta à produção de seu próprio éthos. Mas também estão sociossemioticamente dispostos a usar signos, símbolos e emblemas sociais que são um todo vivo e em movimento para suas implicações socioculturais e civilizatórias de poder, de manutenção de poder. E assim caminha a humanidade, produzindo sentidos velados em pele de ovelha.

No debate aberto que instauraram, fecharam suas opiniões em discursos materializados em gêneros textuais – carta, dossiê – que configuram histórica e socialmente a vida, o trabalho, a cultura, o legado de cada e de seus passados, servindo-se de um discurso desmoralizante que se revelou produto e condição das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais.

Tomados pelo forte apelo de que a palavra escrita tem, ambos mitificaram, fabularam, pensaram e expressaram-se movendo e recriando a realidade entorno de si mesmos, reconstruindo as narrativas em que foram/são agentes e bem menos pacientes. A realidade social não é evidente. Muito menos transparente. O uso que fizeram da palavra guiou a população no labirinto da produção do sentido, porque crentes estavam os dois de que a palavra poderia esclarecer, clarificar a complexidade – que é intrincada, contraditória, difícil, opaca e infinita – e os desafios impostos ao pensamento. Por tudo isso que a Linguagem é um momento essencial da cultura e da interlocução, do entendimento e da fantasia, do exorcismo e da sublimação. A palavra – signo da modernidade – agora além de sua literalidade e oralidade, está tecida à imagem – signo da pós-modernidade. Imagem em simulacro. Por isso, mais valeu o que se disse diante do povo do que como se disse. O negócio era dizer. E

assim o foi feito. A linguagem de baixo calão se aproximou dos usos coloquiais do povo. Resultado: compreensibilidade total do texto, mas não necessariamente do(s) discursos(s) encortinado(s). Povo de pouca inteligibilidade e de baixa proficiência discursiva ficou à deriva de tudo o que foi engendrado por ambos. A escola de novo peca por não trabalhar discursos, mas tão-somente textos; e isso quando o faz.

Ora, se tudo no mundo se expressa, articula, movimenta, tensiona, transforma, floresce ou declina em signos, símbolos, ícones, índices, emblemas, conceitos, metáforas, explicações e mitos, deveria ter havido preparo para todas essas inteligibilidades. Nesse ínterim, a imagem é soberana; produzi-la e reproduzi-la é um negócio da China; ou melhor, é um negócio no mercado linguístico da política.

Mas o povo não é para sempre enganado. Se o próprio homem e o lógos estão postos em dúvida, as formas de pensamento são suscetíveis de hermenêutica, exegese, desconstrução. A língua é que faz os contornos e os movimentos de visão de mundo. Tudo o que dizemos e o que fazemos desenha nossos pontos de vista, nossas formações; e os pontos de vista e as formações do Outro. Como a língua é lugar por excelência de formação ideológica, sob todas as amplitudes da palavra, é necessário saber e conseguir compreender as agências de poder que estão veiculadas nos dizeres, em todos os dizeres, pois todos se textualizam e discursivizam, conforme as instituições sociais que se querem ver representadas. Todas as linguagens são impregnadas de representações, de vozes que cruzam e se entrecruzam.

A consciência disso constitui hoje para o usuário que também é cidadão, agente e produtor de sentido um dos mecanismos inerentes à tardia, à modernidade reflexiva (Beck), à modernidade líquida; modernidades que fragilizam a condição de Estado-Nação, pois o arcabouço de governabilidade foi balançado pelas crises muitas vezes existenciais daqueles que detêm o poder da palavra já que quebraram protocolos até mesmo de boa convivência, instaurando a vigilância e permitindo ao poder administrativo entrar até mesmo na vida cotidiana presente e passada das relações sociais dos envolvidos, pois o povo quer saber.

Não é à toa que estudiosos da linguagem como Fairclough e Bakhtin defendem a natureza política do discurso, já que a luta pelo poder

pode também ocorrer no discurso. Esse poder velado nos discursos, por isso, vem mascarado para que não seja percebido pelos indivíduos. O poder disfarçado nas práticas discursivas acomoda e reinstrumentaliza os sujeitos, para ajustá-los à necessidade da classe mais influente. Fairclough afirma que Foucault chama este poder moderno de biopoder. Ele não é imposto de uma classe social sobre a outra, mas é desenvolvido na base do conhecimento que é gerado. Logo, não foi pela força bruta que ambos conseguiram chamar a atenção da população e de toda a Nação, mas por uma, senão a maior de todas as forças: a da palavra que se materializa em textos orais e escritos ajustados a discursos.

Ambos agiram por meio da língua; e fizeram-no vinculando o passado ao presente, sincretizando-os como o tem sido os atos de linguagem na pós-modernidade. Isto é, usaram cartas para se expressarem, expressando o que pensavam no típico raciocínio “dê no que dê”. E assim, os discursos foram construídos para persuadir e impor hegemonia da classe dominante sobre a dominada, sem que esta muitas vezes nem tenha percebido em sua totalidade. Ainda que isso seja uma generalização, muitas pessoas tomam os discursos da classe dominante como verdade, sendo moldados e manipulados por eles.

A metáfora desse episódio com as literárias Cartas Chilenas, escritas por Tomás Antônio Gonzaga, satirizando o governo do Fanfarrão Minésio, o D. Luis da Cunha Meneses, então governador da capitania de Minas Gerais, respalda-se na interseção dos atos discursivos de cada um. No caso das Cartas Chilenas, elas nunca foram dirigidas diretamente ao governador e tinham como receptor físico Doroteu, no caso, Cláudio Manoel da Costa, que estava na Espanha. O poema, dividido em cartas, é repleto de referências à má administração de D. Luis, tornando explícitos acontecimentos e personagens envolvidas num governo de corrupção e maldade. Jader e Rômulo Maiorana fizeram o mesmo, porém de maneira desveladamente explícita; ainda que as Cartas Chilenas não o tenham feito dessa forma, elas também denunciavam, relatavam, contavam as falcaturas do governo de D. Luis.

Tanto nas cartas de Jader e Rômulo como nas Chilenas, a sátira é uma voz da sociedade: nestas, a da sociedade mineira do final do século XVIII; naquelas, as vozes que ficaram

caladas por muito tempo, de acordo com seus propósitos, cuja finalidade parece ter acabado para reiniciar outra. Em semelhança com essas cartas, que relatavam os desmandos, os atos corruptos, o nepotismo, os abusos de poder, a falta de conhecimento e tantos outros erros administrativos, jurídicos, políticos e morais quanto pudessem ser relatados, as cartas de Jader e de Rômulo também estão eivadas de denúncia, de corrupção passiva e ativa, de medo. Diferente, somente o ato de aquelas usarem codinomes; estas, a explicitude é a marca e é a intenção.

Nessas cartas paraenses, comprova-se a ideia de crise de identidade composta por Hall. Num jogo de quem é que foi o vilão, o corrupto, o enganador, o larápio, os argumentos de cada um liquefazem-se e se organizam conforme a produção de imagem que se quer que as sociedades paraense, regional e nacional tenham dos envolvidos na arena comunicativa.

A charge abaixo comprova o fato de que sobre o Jardim Botânico Rodrigues Alves, um tiroteio de palavras foi disparado de um e de outro lado. Vê-se na charge que até os postos de disparos foram cuidadosamente descritos pelo chargista na medida em que ambos os postos estão localizados como se estivessem sempre a postos para a batalha, pois que ao lado da Torre da RBA está Jader Barbalho e do outro lado da rua, ou melhor, da Avenida Almirante Barroso, mais precisamente à altura da Travessa Duque de Caxias, está o Rômulo, no prédio de O Liberal. Para nós, moradores da cidade, a charge retrata muito bem a questão da proximidade de ambos, em termos geográficos, separados pelo Rodrigues Alves, e o arsenal de poder de que fazem uso os dois, isto é, as palavras, atirando-as a partir de seus impérios.



A orientação ideológica que subjaz a charge, se observada a sintaxe discursiva que a engendra e a esquematiza, é a de que, ainda que formada exclusivamente por imagens, elas dizem muito

e muito mais o dizem quando aproximadas dos fatos que antecederam e que se sucederam ao evento das cartas. Isso também é poder; é uso do poder; é o poder em sua essência, porque se dá discursivamente. A força ideológica que essa imagem amplamente veiculada por suportes virtuais virtualizou na mente dos sujeitos, uma força até então usada muito no meio popular das comunidades: a de relatar por meio de palavras a vida do outro, tornando a vida alheia o foco temático que direcionará a discussão, e comprovando o poder do saber, o saber da vida alheia a serviço das intenções de que o sabe.

Por isso, nesse sentido, vemos como a noção de identidade vincula-se de maneira muito aproximada à de força ideológica. A constituição das identidades é, então, um ato de poder, construído pela diferença. Como a mesma língua que pode dizer a verdade também pode criar uma verdade, ambos se valeram dessas possibilidades da linguagem. Ao relatar por primeiro, Jader foi o amigo da sociedade; ao relatar por segundo, Rômulo também o foi porque disse ações de Jader que de alguma forma prejudicaram a sociedade paraense. Eles se equipararam, o que tornou seus atos repetíveis mesmo que o conteúdo tenham sido para muitos paraenses irrepetíveis, pois não sabiam muito do pouco que foi contado, ainda que muito mais não tenha sido relatado.

É sabido, o entanto, que desse muito que foi relatado, muito também não nos é claro por conta da virtualidade com que se dá; afinal, na ocasião em que tudo se deu nem tudo foi revelado, mantendo a população ainda excluída de grande parte da cena do poder de saber, limitando alguns saberes para as horas devidas e para as respostas que haveriam de vir, e vieram.

A principal força motora disso tudo é que a vida toda está em acelerada liquefação de suas estruturas e instituições. Esse jogo de disse-o-que-disse comprova o fato de que estamos passando de uma fase sólida da modernidade para uma fase líquida, fluida. E os fluidos não conseguem manter a forma por muito tempo, a não ser se derramados em um recipiente definido e apertado, como o são os dizeres jornalísticos materializados em gêneros textuais, cuja finalidade é amoldar o que se pode e o que se deve saber; quem é que pode e quem é que deve dizer; quando é que pode e quando é que deve ser dito.

Como donos de jornais impressos, falados e digitais, os dois se serviram (e continuam a fazê-lo) do poder da palavra materializada em textos impressos ou digitais que por sua vez são artefatos construídos pelo próprio homem a serviço de suas causas. Eximiram-se de falar com as palavras faladas; no entanto, fizeram-no no mais rápido dos suportes, o da Internet. A linguagem (e a língua como uma de suas formas mais elaborada – isto é, construída com labor) tem esse poder de situar no espaço e de historicizar no tempo os eventos, sejam eles mitos, realidades ou ficção. As cartas são um todo constituído de cenas de linguagem de mitos e realidades; de nomeação e descategorização; de ficção e verdades. Construídas nesses polos de significação, os dois constituíram dizeres universais, pois se constituíram atos como todos os demais atos que todos nós exercemos no dia a dia de nossas múltiplas linguagens, indo da simulação à designação em uma velocidade muito rápida. Coube à nação paraense a análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As máscaras de cada um foram retiradas por seus próprios co-produtores de sentido. No entanto, várias outras máscaras são possíveis serem constituídas desses interlocutores envolvidos nessa arena comunicativa. E o são porque várias identidades cada um deles o tem. No discurso político que cada um deles teceu, o jogo de máscaras construído pelos participantes diz e desdiz conceitos que não necessariamente foram projetados, negociados diante dos leitores que também foram eleitores dos sentidos explicitamente manipulados por ambos. Jogando também com o oculto e com o simulado, os dois não disseram tudo o que sabiam um do outro, mas simularam que o tenham dito, construindo o simulacro de que se reveste o discurso político para alcançar uns e não outros na verticalidade construída nas materialidades linguísticas (as cartas) que eles coproduziram. O outro produtor? O povo paraense.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Revista

Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.13, n.37, jun. 1998. <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 de dez. 2007.

AUSTIN, John L. How to do Things with words. New York: Oxford University Press, 1965.

BAUMAN, Zigmunt. Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. Modernização Reflexiva. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

DUPAS, Gilberto. Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.6

FAIRCLOUGH, Normam. Discurso e Mudança social. Brasília: Ed. UNB, 2007.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

_____. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2006.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARSONS, Talcott. The Social System. Free Press, 1951.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. Ciência, Filosofia e Conhecimento – Leituras Paradigmáticas. Palmas, PR. Ed. Kaygangue, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil; SILVA, Fabio Lopes da (org.). A linguística que nos faz falhar – investigação crítica. São Paulo, SP. Ed. Parábola, 2004.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERRANO, Francisco Perujo. Pesquisar no labirinto: a tese de doutorado, um desafio possível. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo, SP. Ed. Parábola, 2011.

TOURAINE, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. Para abrir as Ciências Sociais. Fundação Gulbenkian, 1996. Portugal.